



**ESTADO DO CEARÁ**  
**SECRETARIA DA FAZENDA**  
**CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS**

---

**RESOLUÇÃO Nº 112 /2007**

**1ª CÂMARA DE JULGAMENTO**

**10ª SESSÃO ORDINÁRIA EM: 19.01.2007**

**PROCESSO Nº 1/001298/2005**

**AUTO DE INFRAÇÃO Nº 1/200501938**

**RECORRENTE: MAESIO CÂNDIDO VIEIRA**

**RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1 INSTANCIA**

**RELATORA: Conselheira Maria Elineide Silva e Souza**

**EMENTA: – ICMS. CRÉDITO INDÉVIDO,** decorrente transposição a maior do valor do crédito de ICMS das notas fiscais para a Guia de Informação Mensal –GIM. *Auto de Infração PROCEDENTE.* Decisão ampara no artigo 269, 270, 276 e 278 do Decreto 24.569/96. Penalidade prevista no art. 123, II “a” da Lei nº 12.670/96, com alteração da Lei 13.418/03. Recurso conhecido e não provido. Decisão por Unanimidade de votos e conforme parecer do representante da Douta procuradoria Geral do Estado.

**RELATÓRIO**

Trata o presente processo do Auto de Infração nº 200501938-5, no qual a autoridade fiscal acusa o contribuinte acima descrito de ter lançado crédito indevido de ICMS, decorrente da transposição a maior do valor do crédito de ICMS das notas fiscais para a Guia de Informação Mensal –GIM, no valor de R\$ 204.141,37 (duzentos e quatro mil, cento e quarenta reais e trinta e sete centavos).

Consta no processo Portarias nº 0384/2004 e 0686/2004, Termo de Início de Fiscalização nº 2004.24504 e Termo de Conclusão nº 2005.01723, todos emitidos de acordo com determinação da Legislação vigente.

Na informação complementar o auditor fiscal esclarece que:

- 1- A empresa não disponibilizou os livros fiscais.
- 2- A fiscalização foi realizada com base nas notas fiscais de aquisição, redução Z, notas fiscais de vendas e GIM, do período de janeiro de 2003 a maio de 2004.
- 3- Relativamente ao exercício de 2003, foram examinados todas as notas fiscais de aquisição e todas as GIM do período, sendo constatado uma divergência nos valores de crédito, conforme planilha anexa.(fls. 11)

O autuado não apresentou defesa.

---

Processo Nº1/001298/2005

Auto de Infração nº 1/200501938 **MAESIO CÂNDIDO VIEIRA**

Relatora Ma. Elineide S e Souza



**ESTADO DO CEARÁ**  
**SECRETARIA DA FAZENDA**  
**CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS**

---

O julgador de primeira Instância julgou procedente a autuação, pois os valores constantes na Gim, não representam à realidade extraída dos documentos fiscais, restando comprovado a infração.

O contribuinte apresentou recurso requerendo:

- 1- A nulidade do Auto de Infração, pois o autuante descumpriu o prazo de 90 dias para conclusão dos trabalhos de fiscalização.
- 2- Improcedência, pois se baseou em “presunção”, pois não apresenta as provas da infração atribuída ao recorrente.
- 3- Infringência ao Princípio da Proporcionalidade.

O parecer nº 647/06 emitido pela Célula de Consultoria Tributária e adotado pelo Douto Procurador do Estado, manifestou-se pela manutenção do julgamento de 1ª instância.

É o relatório.



**ESTADO DO CEARÁ**  
**SECRETARIA DA FAZENDA**  
**CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS**

---

**VOTO DO RELATOR**

De acordo com a peça inicial do presente processo, o contribuinte é acusado de ter lançado crédito indevido decorrente da transposição a maior do valor do crédito de ICMS das notas fiscais para a Guia de Informação Mensal –GIM, no valor de R\$ 204.141,37 (duzentos e quatro mil, cento e quarenta reais e trinta e sete centavos).

Preliminarmente, quanto à nulidade suscitada nos autos, esclarecemos que a mesma não procede, pois, consoante o que dispunha o artigo 821, § 2º do Decreto nº. 24.569/97, alterado pelo Decreto nº. 26.483/01, vigente à época da autuação, a fiscalização tinha o prazo de noventa dias para conclusão dos trabalhos.

Observando o termo de início (fls.09), enviado por Aviso de Recebimento, com data do dia 05.11.2004 (sexta feira), o marco inicial começou a correr a partir do dia 08/11/2004 (segunda-feira), tendo, portanto, como marco final o dia 07/02/2005 (segunda-feira). O termo de conclusão fls. 10, foi datado no dia 31/01/05, portanto dentro do prazo legal da ação fiscal..

Dos fatos acima exposto e conforme a dicção dos artigos 48 e 49 do Decreto nº. 25.468/99, a nulidade solicitada pelo recorrente não procede, ficando afastada.

Superada a nulidade argüida, passamos à análise do mérito do presente processo. **O direito ao crédito decorrente da operação anterior é assegurado, constitucionalmente, através do princípio da não cumulatividade, estabelecido no artigo 155, § 2º, I da Carta Magna.**

In Verbis:

"Art. 155 – Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:

I – (omissis);

II – operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior;

III – (omissis);

(...)

§2º O imposto previsto no inciso II atenderá ao seguinte:



**ESTADO DO CEARÁ**  
**SECRETARIA DA FAZENDA**  
**CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS**

---

I – será não-cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação relativa à circulação de mercadorias ou prestação de serviços como montante cobrado nas anteriores pelo mesmo ou outro Estado ou pelo Distrito Federal”:

Como se pode inferir do dispositivo Constitucional acima transcrito, o imposto incide somente sobre o valor agregado a cada etapa da produção e/ou circulação da mercadoria, evitando-se desta forma a verticalização do imposto.

Portanto, toda a vez que um contribuinte adquire uma mercadoria ou serviço (negócio jurídico real), havendo incidência do ICMS, terá o direito ao crédito do valor destacado no documento fiscal, o qual será deduzido do somatório dos débitos (saídas tributadas) do mês em que ocorreu o negócio.

No presente processo, percebemos que o autuado apropriou-se de valores superiores aos destacados nos documentos fiscais, conforme ficou demonstrado na tabela fls.11, infringido o preceito constitucional da não cumulatividade e o disposto no artigo 51 do Decreto nº. 24.569/97.

Art. 51. O direito ao crédito, para efeito de compensação com o débito do ICMS, reconhecido ao estabelecimento que tenha recebido as mercadorias ou para o qual tenham sido prestados os serviços, está condicionado à idoneidade da documentação e, se for o caso, a escrituração nos prazos e condições estabelecidos na legislação.

Devidamente comprovado o ilícito descrito na peça inicial, submete-se o sujeito passivo à sanção prevista no Art. 123, II “a” da Lei 12.670/96, com redação dada pela Lei 13.418/03, neste caso aplicável por ser mais benéfica ao autuado, *in verbis*:

Art. 123. As infrações à legislação do ICMS sujeitam o infrator às seguintes penalidades, sem prejuízo do pagamento do imposto, quando for o caso:

II - com relação ao crédito do ICMS

a) crédito indevido, assim considerado todo aquele escriturado na conta-gráfica do ICMS em desacordo com a legislação ou decorrente da não-realização de estorno, nos casos exigidos pela legislação: multa equivalente a uma vez o valor do crédito indevidamente aproveitado ou não estornado.



**ESTADO DO CEARÁ**  
**SECRETARIA DA FAZENDA**  
**CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS**

---

Considerando o exposto acima, voto para que o recurso voluntário seja conhecido, negando-lhe provimento no sentido de que seja confirmada a decisão exarada em 1ª Instância decidindo pela **PROCEDÊNCIA** da autuação nos termos deste voto e do parecer da Procuradoria Geral do Estado.

É o voto.

**DEMONSTRATIVOS:**

IMPOSTO	R\$ 204.141,37
MULTA	R\$ 204.141,37
TOTAL	R\$ 408.282,74



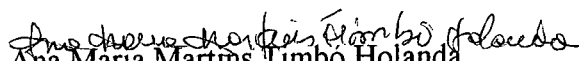
**ESTADO DO CEARÁ**  
**SECRETARIA DA FAZENDA**  
**CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS**

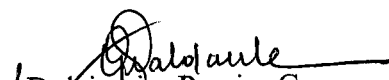
---

**DECISÃO**

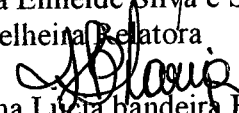
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos em que é recorrente MAÉSIO CÂNDIDO VIEIRA e recorrido CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1º INSTÂNCIA, resolvem os membros da 1ª Câmara do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, conhecer do recurso voluntário, negar-lhe provimento, para confirmar a decisão CONDENATÓRIA proferida pela 1ª instância, nos termos do voto da relatora e em conformidade com o parecer da douta Procuradoria Geral do Estado. Ausente, por motivo justificado, o conselheiro José Gonçalves Feitosa.

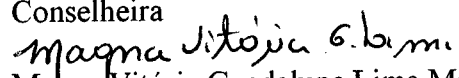
**SALA DAS SESSÕES DA 1ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS**, em Fortaleza, aos 12 de março de 2007.


  
Ana Maria Martins Timbo Holanda  
PRESIDENTE

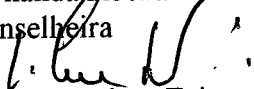
  
Dulcineire Pereira Gomes  
Conselheira

  
Maria Elineide Silva e Souza  
Conselheira Relatora


  
Helena Lucia bandeira Farias  
Conselheira

  
Magna Vitória Guadalupe Lima Martins  
Conselheira

  
Fernanda Rocha Alves do Nascimento  
Conselheira

  
José Gonçalves Feitosa  
Conselheiro

  
Maryana Costa Canamary  
Conselheira

  
Frederico Hosanan Pinto de castro  
Conselheiro

  
Mateus Viana Neto  
PROCURADOR DO ESTADO